



ANEXO xx - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA CONTINUADOS N.º XX/2025

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOB DEMANDA CONTINUADOS, decorrente do Pregão Eletrônico n.º XXX/2025, Procedimento nº 00593.000.008/2024, regendo-se pela Lei 14.133/2021, pelas Leis Estaduais n.º 13.706/2011 e n.º 15.228/2018, pelos Provimentos PGJ/RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023 e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de apoio técnico especializado, sob demanda, em gestão, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação com práticas ágeis, pelo período inicial de 24 meses, em consonância com os termos do Anexo I do Edital, conforme descrição e quantidades abaixo especificados:

--	--	--



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **00593.000.008/2024** — Procedimento de Gestão Administrativa

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UN
1	Serviços de apoio técnico especializado em gestão, desenvolvimento e manutenção de sistemas	40.000/ano – Horas de Serviço Técnico (HST) estimadas

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações e características dos serviços encontram-se descritas no item 4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total estimado do presente contrato é de R\$ XXX (XXXXXXXX), sendo:

Item	Descrição	U. M.	QTDE. ESTIMADA	Valor unitário	Valor Total estimado
1	Hora de Serviço Técnico (HST) para uso conforme demanda em período de 24 meses	HST	40.000/ano	R\$	R\$

3.1.1 Os valores indicados são meramente estimativos, sendo o contrato regido e pago pelas ordens de serviço emitidas e pelo serviço prestado.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental, frete, seguro, instalação, se for o caso, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



4.1 A contratação possui garantia, nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/2021, no valor correspondente a 5% do valor contratual.

4.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

4.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

4.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e



c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

4.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 1(um) mês, contados da data em que for notificada.

4.12 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13 O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.14 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que



respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, após o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.

4.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.17 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO

5.1 A execução dos serviços iniciará após a finalização da fase de início das atividades transcrita no item 4.11 do termo de referência (início das atividades - fase de transição) e, ainda, após a emissão da primeira Ordem de Serviço.

5.1.1 Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA serão aqueles indicados no ANEXO XII - CATÁLOGO DE SERVIÇOS e, quando aplicáveis, os produtos e artefatos a serem entregues, descritos no Quadro Resumo do ANEXO IX - CICLO DE DESENVOLVIMENTO ÁGIL MPRS.

5.1.1.1 Nos casos em que o serviço a ser realizado não possua correspondência no Catálogo de serviços, o CONTRATANTE e a CONTRATADA irão buscar o consenso, utilizando os seguintes critérios, sucessivamente:

a) analogia com outros serviços do Catálogo;



b) aferição do tamanho por meio de projeto piloto de reduzida duração realizado pela CONTRATADA, com acompanhamento em tempo integral pelo fiscal do CONTRATANTE.

5.1.1.2 O resultado advindo do processo acima poderá, a critério do CONTRATANTE, ser incorporado ao Catálogo para utilização em demandas futuras.

5.2 A Ordem de Serviço será elaborada e gerenciada pelo CONTRATANTE e deverá conter a descrição dos serviços a serem executados, visando autorizar o seu início. Sem prejuízo de outras informações que se demonstrarem necessárias, a Ordem de Serviço deverá informar:

- a) as tecnologias a serem utilizadas;
- b) a equipe responsável pelos serviços conforme o perfil profissional informado pelo CONTRATANTE;
- c) o valor total da Ordem de Serviço;
- d) para cada serviço:
 - d.1) a descrição conforme ANEXO XII - CATÁLOGO DE SERVIÇOS;
 - d.2) o tamanho previsto (quantidade de horas de serviço técnico - HST);
 - d.3) o tamanho ajustado previsto (quantidade de HST ajustada);
 - d.4) o prazo para execução (datas de início e término).



5.2.1 A autorização para execução da Ordem de Serviço ficará condicionada ao aceite desta pela CONTRATADA e à aprovação, pelo CONTRATANTE, dos profissionais nela indicados.

5.2.2 Cada profissional indicado para execução da Ordem de Serviço, com as devidas qualificações técnicas exigidas no ANEXO XIV – PERFIS PROFISSIONAIS, deverá, durante a execução dos serviços, possuir vínculo empregatício com a CONTRATADA, comprovado por meio da juntada (a) de cópia da ficha de registro de empregado; ou (b) da cópia do ato de investidura em cargo de direção; ou (c) da cópia do contrato social; ou, ainda, (d) do contrato civil de prestação de serviços; a fim de comprovar que este profissional pertence ao quadro técnico da empresa, ou é seu diretor ou seu sócio.

5.2.3 A distribuição das atividades para os profissionais indicados pela CONTRATADA poderá ser sugerida pelo CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA a gestão dos profissionais e a execução das atividades necessárias para entrega dos serviços, dos artefatos ou dos produtos solicitados.

5.2.4 A distribuição das atividades para os profissionais obedecerá às metodologias e práticas adotadas pelo CONTRATANTE, a exemplo da utilização de práticas ágeis, onde a distribuição das atividades ocorrerá nas reuniões de planejamento das sprints.

5.2.5 Em caso de mudança de escopo da Ordem de Serviço durante sua execução, motivada pelo CONTRATANTE ou mediante motivação justificada da CONTRATADA e aprovada pelo CONTRATANTE, as atividades definidas para a Ordem



de Serviço em execução poderão ser redistribuídas, com inclusão, alteração ou exclusão de atividades, reajustamento dos tamanhos (quantidade de HST e HST ajustado), mantendo as condições para sua execução e respeitando o princípio da razoabilidade.

5.2.6 As Ordens de Serviço poderão ser canceladas a critério do CONTRATANTE, quando justificada e comprovada a causa, respeitando o princípio da razoabilidade, situação em que serão pagos à CONTRATADA os valores devidos pelos serviços efetivamente executados antes do seu cancelamento.

5.2.7 Do relatório de atendimento mensal das Ordens de Serviço:

5.2.7.1 Após a execução de cada Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá elaborar um Relatório de Atendimento Técnico, no formato acordado entre as partes, onde conste, no mínimo, a Ordem de Serviço a qual se refere, as tarefas executadas e as pendentes, bem como as suas quantidades de HSTs executadas.

5.2.7.2 No caso de haver tarefas pendentes, a CONTRATADA deverá indicar quais foram as razões ou problemas que impediram a execução das mesmas.

5.2.7.3 O relatório deverá ter a concordância do responsável do CONTRATANTE que demandou o atendimento.

5.2.8 No decorrer deste contrato poderão surgir novas necessidades de contratação de perfis profissionais não previstos, em função de adoção de novas ferramentas, metodologias, tecnologias pelo CONTRATANTE. Desta forma, caberá ao CONTRATANTE e à CONTRATADA formarem os ajustes necessários para a devida adequação e recepção destes novos perfis no presente contrato.

5.2.8.1 Estas novas necessidades deverão ser justificadas e registradas.



5.2.9 Do tamanho e prazo para execução da Ordem de Serviço:

5.2.9.1 A CONTRATADA terá o prazo de 3 dias úteis após o envio da Ordem de Serviço pelo CONTRATANTE para questionar o tamanho e o prazo para a execução da Ordem de Serviço.

5.2.9.2 Em caso de questionamento tempestivo pela CONTRATADA, será definida pelo CONTRATANTE, reunião para a definição do tamanho e do prazo para a execução de cada serviço previsto na Ordem de Serviço.

5.2.9.3 Questionamentos fora do prazo previsto não serão conhecidos pelo CONTRATANTE.

5.2.9.4 No caso de divergências, a decisão final fica a critério do CONTRATANTE.

5.2.9.5 As justificativas da CONTRATADA deverão ser consideradas e respondidas, ainda que não acatadas.

5.2.9.6 Para efeitos de cálculo de tamanho dos serviços será utilizado o ANEXO XII - CATÁLOGO DE SERVIÇOS.

5.2.9.7 O não atendimento dos prazos indicados na Ordem de Serviço, apurado no processo de verificação da qualidade (GQA), implicará em glosa e sanção, se for o caso.

5.2.9.8 A CONTRATADA poderá solicitar prorrogação do prazo para o término da Ordem de Serviço, durante sua execução, quando justificada e comprovada a necessidade. A aprovação da solicitação fica a critério do CONTRATANTE.

5.2.10 Da formação do valor da Ordem de Serviço:



5.2.10.1 A quantidade de horas de serviço técnico de cada Ordem de Serviço a ser faturada deverá ser composta pela soma das horas de serviço técnico efetivamente executadas, agrupadas por perfil profissional, multiplicadas pelos seus respectivos fatores de ajuste (FA).

Perfil	Descrição do Serviço	FA
J1	Analistas e Desenvolvedores inexperientes	0,4
J2	Analistas e Desenvolvedores com pouca experiência e qualificação	0,6
P1	Analistas, Desenvolvedores com média experiência e qualificação	0,8
P2	Analistas, Desenvolvedores, Gerentes de Projeto e Arquitetos com alta experiência e qualificação	1,0
P3	Analistas, Desenvolvedores, Gerentes de Projeto, Arquitetos, Cientistas de Dados, Consultor de Projetos e Processos, com altíssima experiência e qualificação	1,4
S1	Arquitetos, Cientistas de Dados e Consultor de Projetos e Processos com conhecimento diferenciado e qualificação	1,8

5.2.10.2 O valor total de cada Ordem de Serviço será calculado conforme abaixo:

5.2.10.2.1 Fórmula para o cálculo do **VALOR_TOTAL_Ordem de Serviço**

VALOR_TOTAL_Ordem de Serviço = VALOR_Ordem de Serviço - GLOSA,
onde:

VALOR_TOTAL_Ordem de Serviço = valor total em Reais da Ordem de Serviço a ser pago à CONTRATADA; **GLOSA** = soma das glosas previstas nos itens "Glosa por não conformidades" e "Glosa pelo não atendimento tempestivo";

VALOR_Ordem de Serviço = valor total em Reais da Ordem de Serviço

5.2.10.2.2 Fórmula para o cálculo do **VALOR_Ordem de Serviço**



VALOR_Ordem de Serviço = (VALOR_HST * TAMANHO_TOTAL_HST_Ordem de Serviço), onde:

VALOR_Ordem de Serviço = valor total em Reais da Ordem de Serviço;

VALOR_HST = valor em Reais da HST da proposta vencedora;

TAMANHO_TOTAL_HST_Ordem de Serviço = total de Horas de Serviço Técnico da Ordem de Serviço (soma das HSTs de cada serviço que compõe a Ordem de Serviço, multiplicados pelo fator de ajuste da tabela 6 "Fatores de ajuste por perfil profissional", previsto no ANEXO XIV - PERFIS PROFISSIONAIS).

5.2.10.3 No caso em que a Ordem de Serviço seja cancelada por solicitação do CONTRATANTE, o trabalho comprovadamente executado deverá ser avaliado e pago.

5.3 Os serviços serão prestados de forma remota ou presencial nas dependências do CONTRATANTE, em consonância ao estipulado nos itens 4.6, 4.7, 4.8 e 4.9 do termo de referência.

5.4 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

5.4.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, o CONTRATADA será notificada para solucionar os problemas apontados.

5.5 Serão avaliados resultados a partir dos seguintes critérios (GQA - Garantia de Qualidade):

5.5.1 Após o recebimento provisório, o CONTRATANTE irá analisar os produtos entregues nos termos e prazos dos itens abaixo.



5.5.2 O serviço de GQA pode ser executado pelo CONTRATANTE ou por empresa contratada para essa finalidade. O CONTRATANTE irá formalizar as entregas parciais através de uma Ferramenta de Gestão de Projetos (FGP).

5.5.3 Para cada Ordem de Serviço, o CONTRATANTE designará a sua equipe interna de GQA e/ou o seu Agente Externo de Qualidade, com a responsabilidade de executar a monitoria da qualidade descrita no ANEXO X - PROCESSO DE GARANTIA DA QUALIDADE MPRS;

5.5.4 Os prazos para que o CONTRATANTE realize a verificação do processo de GQA, dentro de uma Ordem de Serviço, estão descritos na tabela abaixo:

Prazos (em dias úteis) do CONTRATANTE Verificação do processo de GQA	
Tamanho da Ordem de Serviço	Prazos
Até 100 HSTs	4 dias
Acima de 100 até 200 HTSs	6 dias
Acima de 200 até 400 HSTs	8 dias
Acima de 400 HSTs	10 dias

5.5.5 Os prazos da tabela acima iniciam após a entrega da Ordem de Serviço por parte da CONTRATADA.

5.5.6 Os prazos para que a CONTRATADA solucione as não conformidades dentro de uma Ordem de Serviço, estão descritos na tabela abaixo:

Prazos (em dias úteis) da CONTRATADA Correção de não conformidades	
Nro de não conformidades	Prazos
Até 10 não conformidades	2 dias



De 11 a 15 não conformidades	4 dias
De 16 a 20 não conformidades	6 dias
Acima de 20 não conformidades	8 dias

5.5.7 Os prazos da tabela acima iniciam após os apontamentos das não conformidades (verificação de GQA) por parte do CONTRATANTE.

5.5.8 São estimadas 2 (duas) etapas de correção de não conformidades apontadas na verificação de GQA conforme o tamanho da Ordem de Serviço descrito na tabela acima. A partir da terceira etapa, o prazo para a correção de não conformidade será reduzido em 20% (vinte por cento) em relação à etapa anterior, até o limite de 1 (um) dia.

5.5.9 A critério do CONTRATANTE, os prazos acima descritos podem ser aumentados, desde que devidamente motivados e registrados.

5.5.10 Caso seja encontrada alguma “não conformidade” no produto, esta será descrita na Ferramenta de Gestão de Projetos (FGP) e repassada para a CONTRATADA para a correção.

5.5.11 O trabalho gerado em função da “não conformidade” não será remunerado pelo CONTRATANTE.

5.5.12 O processo de GQA somente será considerado encerrado quando todas as não conformidades estiverem corrigidas ou até que o CONTRATANTE decida finalizar este processo.

5.6 Haverá glosa por não conformidades encontradas no processo de GQA.



5.6.1 Nos casos de existirem não conformidades na entrega da Ordem de Serviço, detectadas no processo de GQA, poderá haver glosas conforme a tabela abaixo:

Glosa por não conformidades encontradas		
Etapas GQA	Qtd de não conformidades encontradas	Glosa
1ª Verificação	Maior que 5% do nro de HST ajustado	10% do valor da Ordem de Serviço
2ª Verificação	Maior que 3% do nro de HST ajustado	13% do valor da Ordem de Serviço
3ª Verificação	Maior que 1% do nro de HST ajustado	16% do valor da Ordem de Serviço
4ª Verificação	Uma ou mais	20% do valor da Ordem de Serviço

5.6.2 Os percentuais da coluna glosa previstos na tabela acima não são cumulativos.

5.6.3 No caso do número de não conformidades exceder o máximo estipulado em mais de uma etapa de verificação, será aplicado o percentual de glosa de valor mais elevado.

5.7 O objeto será recebido da seguinte forma:

a) o termo de recebimento provisório será emitido após a entrega da ordem de serviço pela CONTRATADA que deverá obedecer às datas de entrega previstas na Ordem de Serviço;

b) o termo de recebimento definitivo deverá ser emitido após a execução dos serviços de GQA e, se for o caso, após as correções das não conformidades apontadas e registradas;

c) o termo de recebimento definitivo poderá ser substituído por um e-mail, com a confirmação da entrega do serviço pela área técnica da DTIC do CONTRATANTE.



5.7 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 15% do volume de horas técnicas, para atendimento de necessidade específica ou temporária que se verifique durante a prestação dos serviços, sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

6.2 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.3 A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.4 A CONTRATADA apresentará ao CONTRATANTE documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.5 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou



na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6.6 Os serviços serão prestados em atividade, como:

a) **desenvolvimento e implementação de soluções avançadas:** atividades relacionadas à inteligência artificial, análise de dados, mineração de dados e análise estatística, entre outras de alta complexidade. Estes serviços se aplicam a perfis profissionais como Analista de Sistemas, Analista de BI, Especialista em Tecnologias Emergentes e Tecnologias Especializadas;

b) **integração e desenvolvimento de sistemas:** serviços que envolvem a interoperabilidade entre sistemas e a implementação de soluções do cliente, além de outras integrações complexas. Estas atividades estão relacionadas aos perfis profissionais de Arquiteto de Softwares e Desenvolvedor;

c) **elaboração de projetos e modelagem de processos complexos:** atividades que exigem elevada capacidade analítica e compreensão de processos, plataformas e sistemas. Esses serviços são voltados a perfis profissionais como Cientista de Dados e Consultor de Projetos;

d) **experiência do Usuário:** atividades que exigem dinâmicas de entendimento de negócios complexos, como uso de métodos ágeis e design thinking, assim como de engajamento e comunicação dos colaboradores da Instituição. Esses serviços são voltados a perfis profissionais como analistas de UX/UI, Gerente de Projetos e Consultor de Projetos; e



e) **outras atividades especializadas:** serviços que, devido à sua complexidade e escassez de profissionais no mercado, dificultem a contratação direta por vínculo empregatício, desde que devidamente justificados e autorizados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1 A garantia contratual do serviço, complementar à estabelecida pela Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, compreende a reparação dos erros encontrados nos artefatos produzidos pelo período de execução do contrato para qualquer anomalia ou mau funcionamento de qualquer uma de suas soluções desenvolvidas; estes reparos não serão remunerados.

7.2 O período da garantia do serviço é de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo.

7.3 O prazo de atendimento e a solução dos problemas é o constante da tabela do item 5.5.6 da cláusula quinta deste ajuste.

7.3.1 Não havendo qualquer manifestação da CONTRATADA no prazo, o CONTRATANTE providenciará, por outros meios, o conserto e/ou realização do serviço e cobrará o valor da CONTRATADA.

7.4 A garantia será prestada em ambiente remoto.

7.5 A CONTRATADA disponibilizará meios de contato para acionamento da garantia por meio eletrônico.

7.6 No período de vigência da garantia, o CONTRATANTE não pode ter ônus, de nenhuma natureza, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA qualquer despesa relativa à solução dos problemas verificados na prestação do serviço.



7.7 A CONTRATADA será diretamente responsável pela garantia dos serviços prestados através das Ordens de Serviço encerradas ou não, envolvendo:

7.7.1 Correção de todos os erros (*bugs*) de desenvolvimento ocasionados pelo não atendimento às especificações do serviço constantes nas Ordens de Serviço, às funcionalidades solicitadas, aos padrões de codificação e documentação informados, bem como aos demais requisitos de execução preestabelecidos.

7.7.2 Execução de tarefas solicitadas na Ordem de Serviço, não realizadas sem justificativa, ou realizadas inadequadamente.

7.7.3 As despesas decorrentes do cumprimento das atividades de garantia serão de integral responsabilidade da empresa fornecedora.

7.7.4 O prazo de garantia dos serviços prestados será de 90 (noventa dias) dias a contar do recebimento definitivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO

8.1 O documento fiscal deverá ser apresentado após o recebimento definitivo do serviço.

8.1.1 O documento fiscal somente poderá ser apresentado após emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

8.1.1.2 O documento fiscal deverá destacar, no campo descrição, o relatório /Ordem de Serviço correspondente e a quantidade de HORAS de SERVIÇO TÉCNICO (HST) ajustadas executadas.



8.1.1.3 Um documento fiscal poderá abranger mais de um relatório/Ordem de Serviço.

8.3 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.3.1 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail: nf-adi@mprs.mp.br, Rua Andrade Neves 106/9º andar, Bairro Centro, na Cidade de Porto Alegre, telefone: (51) 3295-8311, para verificação e ateste dos serviços pela área técnica.

8.3.2 A data da emissão do documento fiscal deve ser posterior à Ordem expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

8.3.3 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

8.3.4 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3.5 Deverão ser encaminhados, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

- a) relatório das atividades executadas da Ordem de Serviço;
- b) documento fiscal discriminando qual o relatório/Ordem de Serviço que será pago.

8.4 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.



8.5 Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

8.6 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização do documento fiscal.

8.7 O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

8.8 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.9 Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.10 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

8.11 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.



8.12 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

8.13 O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA as horas de serviço técnico equivalentes aos serviços efetivamente realizados e entregues, requisitados nas Ordens de Serviço, devidamente homologados por servidores do CONTRATANTE e atestados pelos gestores do contrato, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquia ou garantia de execução de valores mínimos.

CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO

10.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano do orçamento estimado, datado de xx/xx/xxxx.

10.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104/2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

10.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 Constituem direitos do CONTRATANTE:

a) receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;

b) solicitar, a qualquer tempo, a substituição do profissional apresentado pela CONTRATADA, caso identifique que o mesmo não apresente o conhecimento técnico necessário (previsto no ANEXO XIV – PERFIS PROFISSIONAIS) ou não tenha uma conduta apropriada para as atividades executadas;

c) os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais das soluções desenvolvidas e dos artefatos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados pertencerão ao CONTRATANTE, justificando os casos em que isso não for necessário.

11.1.1 Constitui direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.



11.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

b) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) fiscalizar a execução do presente contrato;

d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;

e) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades e, no início do procedimento, notificar a emitente das garantias;

f) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato;

11.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;



b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou



para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

m) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

n) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e



assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

o) apresentar Certificado, emitido pela CAGE, de que possui programa de integridade, nos termos da Lei Estadual nº 16.197/2024, que alterou o artigo 37 da Lei Estadual n.º 15.228/2018, e do Provimento n.º 75/2016 - PGJ, no prazo de 180 dias, contados da celebração do contrato, se for o caso;

p) apresentar documento comprobatório de recebimento salarial de cada profissional que atue em projetos do CONTRATANTE, comprovando que este não seja inferior ao salário-mínimo por perfil previsto na planilha de custos apresentada pela CONTRATADA na entrega da proposta e conforme valores da tabela abaixo:

Perfil	Descrição	FA	SALÁRIO
J1	Analistas e Desenvolvedores inexperientes	0,4	R\$ xx,xxx
J2	Analistas e Desenvolvedores com pouca experiência e qualificação	0,6	R\$ xx,xxx
P1	Analistas, Desenvolvedores com média experiência e qualificação	0,8	R\$ xx,xxx
P2	Analistas, Desenvolvedores, Gerentes de Projeto com alta experiência e qualificação	1,0	R\$ xx,xxx
P3	Analistas, Desenvolvedores, Gerentes de Projeto, Arquitetos, Cientistas de Dados e Consultor de Projetos e Processos com altíssima experiência e qualificação	1,4	R\$ xx,xxx
S1	Arquitetos, Cientistas de Dados e Consultor de Projetos e Processos, com conhecimento diferenciado e qualificação	1,8	R\$ xx,xxx



q) apresentar os termos de responsabilidade e sigilo assinados por todos os profissionais alocados na prestação do serviço conforme ANEXO XV - TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO;

r) preencher o ANEXO XVI - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133 /2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses /anos.

13.2 O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES

14.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.



14.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) do valor da OS, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do contrato.

14.2.1 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

14.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4 A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.



14.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

14.6 A CONTRATADA estará sujeita, ainda, diante descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato, às seguintes penalidades:

14.6.1 Multa por atraso superior a 20 dias na entrega da Ordem de Serviço ou superior a 20 dias na correção das não conformidades, no valor de 10% do valor a ser efetivamente pago pela Ordem de Serviço (Valor da Ordem de Serviço – glosas).

14.6.2 Multa no valor de 3% (três por cento) do valor total atualizado do contrato no caso de inexecução parcial, entendida como, entre outros casos:

14.6.2.1 Recusa injustificada de execução de Ordem de Serviços;

14.6.2.2 Atraso superior a 30 dias do prazo para a execução da Ordem de Serviço;

14.6.2.3 Atraso superior a 30 dias dos prazos previstos na Tabela “Prazo da CONTRATADA para correção de não conformidades”;

14.6.2.4 Existência de não conformidades após a quinta verificação de GQA.

14.6.3 Multa por inexecução total das obrigações assumidas no valor de até 10% (dez por cento) do valor total atualizado do contrato.

14.6.4 Multa por quebra de sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, *frameworks* e especificações confiados à CONTRATADA ou de que ela venha a ter acesso em razão dos serviços prestados, no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total atualizado do contrato.



14.6.5 Multa por descumprimento do prazo de reposição/alocação do profissional, no valor de 8 HSTs por dia de atraso, até o máximo de 20 (vinte) dias.

14.6.6 Multas por atraso na correção de defeitos durante o prazo de garantia, no valor de 1 HST por dia de atraso, até o máximo de 20 (vinte) dias, caso a CONTRATADA descumpra os prazos definidos no item 5.5.6 da cláusula quinta deste ajuste.

14.6.7 Multa no valor de até 10% (dez por cento) sobre o valor anual atualizado do contrato nos demais casos de descumprimento ou desistência.

14.7 As multas previstas no item anteriores não serão cumuladas, prevalecendo a mais gravosa.

14.8 As multas previstas acima terão seus valores dobrados em caso de reincidência, limitadas a 30% do valor total do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

14.9 Em caso de incidência de problemas na qualidade exigida, na completeza ou na conformidade do escopo acordado, com a devida confirmação da equipe de GQA do CONTRATANTE e/ou do seu Agente externo de Qualidade, na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, que comprometam determinado projeto a ponto de causar prejuízos operacionais ao CONTRATANTE, este poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, sendo que, se ficar comprovado prejuízo financeiro ou na imagem do CONTRATANTE decorrente destes problemas, a CONTRATADA incorrerá em multas e nas penalidades previstas na presente cláusula.

14.10 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.



14.11 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

14.12 O procedimento de penalização realizar-se-á em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento nº 104/2023-PGJ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.1.1 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto nas referidas normas com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.1.2 Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

17.1.3 A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de segurança com dados pessoais, situações



acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de aplicação, pela autoridade nacional, de penalidades nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e Resolução ANPD nº 04 /2023.

17.1.3.1 A comunicação deverá ser enviada para o e-mail: encarregado@mprs.mp.br, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora da detecção, data e hora do incidente e sua duração;
- b) quais dados pessoais foram violados;
- c) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número estimado de titulares de dados pessoais afetados;
- d) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais;
- e) os riscos relacionados ao incidente;
- f) descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar possíveis danos.

17.1.4 A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO



16.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, inc. I e II, da Lei 14.133/2021.

16.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

18.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

18.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.



18.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

18.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.

18.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

18.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

18.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.



19.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.

19.3 Além das atribuições constantes do Provimento 05/2023, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 As despesas correrão por conta do Órgão 09.79, Recurso 0164, Projeto 9024, NAD 4.4.90.40, Rubrica 4002.

20.2 Durante o decorrer do contrato, poderá ser utilizado o Recurso do Tesouro-Livres (Órgão 09.01- Recurso 0011 - Projeto 6420), assim como o Recurso Vinculado do Fundo de Reparelhamento do Ministério Público (Órgão 09.79- Recurso 0164 – Projeto 9024), conforme a disponibilidade orçamentária do momento da execução da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº **00593.000.008/2024** — Procedimento de Gestão Administrativa

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.